

ARTIGO

O APETITE DO EXTERIOR
É A FOME DO BRASIL

Em 2020, a soja brasileira teve um ano diferenciado, pois começou com o preço em R\$ 87 por saca, e encerrou em R\$ 153 reais, quase o dobro do valor inicial.

O câmbio acima de R\$ 5 reais, e as super compras da China são alguns dos motivos que valorizaram o produto.

A tendência é que em 2021, a safra no país supere as 130 milhões de toneladas, e o preço continue elevado. Entre os motivos está a valorização da soja. Já que os estoques globais estão enxutos, existe a possibilidade de ocorrer possíveis problemas produtivos com o clima ou pragas, e o dólar em alta.

Temos também o relacionamento entre a China e EUA, pois no ano passado os asiáticos aplicaram tarifas de 25% sobre a importação de soja dos EUA. Com a entrada do Joe Biden, na presidência, a tenção entre as duas potências deve ser estabilizada, e as exportações do Brasil devem reduzir.

Existe também o receio de que não haja soja suficiente para atender à exportação e moagem, que necessitam do grão para a produção de farelo para rações e de biodiesel.

Além da soja, matéria-prima que produz o óleo de soja, outros alimentos também devem ficar mais caro. De acordo com os dados oficiais de inflação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, o preço dos alimentos nos supermercados subiu 16% de janeiro a novembro. Só o arroz subiu 70%, e o feijão preto 40%.

Outros itens básicos essenciais na alimentação do brasileiro registraram aumento de 10%, tais como leite, frutas, legumes, carne, frango e ovos, também tiveram destinos parecidos.

E por incrível que pareça, mesmo o Brasil sendo o líder de produção de diversos alimentos, esse aumento ocorre porque o produtor prefere vender onde ele tem mais vantagem, ou seja, o mercado internacional.

Então, o comprador brasileiro tem que cobrir o preço negociado no exterior. Resultado: quando o dólar e as exportações crescem, os preços no país também sobem.

O Brasil vem passando por uma das suas maiores recessões da história recente e, somente não será maior, graças aos grandes agricultores, que se beneficiaram com a alta de seus produtos no mercado estrangeiro.

Porém, nem todos os grandes agricultores tiveram a mesma sorte, como exemplo estão os que negociaram suas safras antes da pandemia ou os que precisam comprar insumos neste momento, além destes, médios e pequenos produtores rurais estão amargando uma crise a muito não vista, sequer imaginável.

O fato é que, com o dólar alto, a venda de grãos de fato foi favorecida, mas de outro lado, os insumos, os quais são negociados conforme preço da moeda americana, sofrerão e vêm sofrendo aumentos desenfreados com a desvalorização do real, chegando a mais de 20% do valor pago na safra anterior.

Nesta toada, sabendo que os insumos dependem da valorização do real frente ao dólar, temos que os prejuízos ora vivenciados pelos agricultores serão o prejuízo futuro da própria população frente ao mercado de consumo, inclusive de alimentos básicos.

A boa notícia para o agronegócio é que nosso judiciário vem flexibilizando a cada dia mais o direito de produtores rurais, inclusive os que ainda não possuem CNPJ ou que passaram grande parte de sua vida sem CNPJ, que tenham acesso ao benefício de se reerguerem financeiramente pelo instituto da recuperação judicial.

Em 6 de outubro de 2020, o Superior Tribunal de Justiça entendeu, que uma sociedade empresária agrícola pode pedir recuperação judicial provando a atividade econômica ainda exercida como pessoa física.

No entanto, o pequeno produtor que muitas vezes faz suas transações apenas por meio de seu CPF, pode ficar mais tranquilo a partir deste momento, pois o Projeto de Lei 4.458/2020, que altera a Lei de Falências e está em vias de ser sancionado, propõe que o produtor rural pessoa física possa pedir recuperação judicial em um plano especial desde que o valor das dívidas sujeitas à recuperação não exceda a R\$ 4,8 milhões.

Com esta alteração da lei de falências, os ramos da agricultura e pecuária estarão amparados e resguardados para um possível soerguimento e reestruturação dos negócios, o que evitará fatalmente o superendividamento destes grupos e consequentemente irá fomentar o mercado produtivo nacional, e favorecerá toda a população brasileira, pois com a maior produtividade vem a maior concorrência e quem se beneficia é o consumidor final.

Marcelo Zaina de Oliveira, é advogado, pós-graduado em processo civil, processo tributário e direito tributário.

JORNAL DIÁRIO DA SERRA

Propriedade da
AJOTA

ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA
CNPJ: 29.464.235/0001-16

Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque Mansões
78300-000 Tangará da Serra-MT

ISSN 22386467

REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabíola Tormes
CONTATO
ds@diariodaserra.com.br
Envie Pautas, Fotos Sugestões
e Vídeos para o **whatsapp** do
DIÁRIO DA SERRA
(65) **99809.2921**
www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA

SERVIÇOS GRÁFICOS
E. Tormes e Cia. LTDA
CNPJ: 14.048.123/0001-07

CONTATO: adm@diariodaserra.com.br
Fone: (65) **3326-4724**

TIRAGEM
1 MIL EXEMPLARES

CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia,
Barra do Bugres, Porto Estrela,
Campo Novo do Parecis,
Sapezal, Denise, Arenópolis,
Nortelândia e Santo Afonso.

CENTRAL DO ASSINANTE
(65)**3326.6501**

Diário da Serra
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

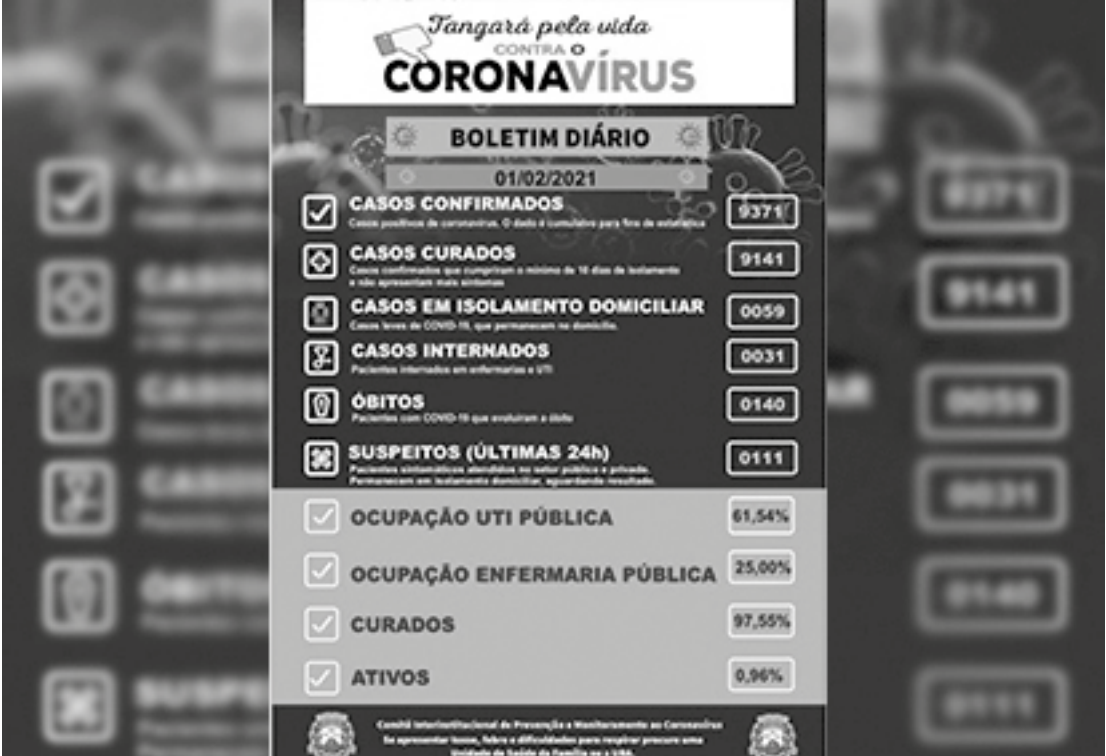
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
EDIÇÃO ON-LINE DESDE 06 DE SETEMBRO DE 1997
Endereço: Av. Tancredo Neves - 1247 W
Parque Mansões - CEP:78300-000
Tangará da Serra - MT - Brasil

 www.facebook.com/jornalds

 @diariodaserra

COVID-19

Município tem redução de ativos
nos 10 dias finais de janeiro



Boletim desta segunda-feira

Os óbitos também aumentaram, com 38 fatalidades no primeiro mês do ano

SERGIO R. / Enfoque Business

A pandemia do novo coronavírus mostrou uma curva decrescente nos últimos 10 dias de janeiro, com redução no número de casos ativos e, também, nos atendimentos a pacientes com sintomas da Covid-19.

É o que mostram as estatísticas baseadas nos números dos boletins epidemiológicos divulgados pelo município através do Comitê Interinstitucional de Prevenção e Monitoramento ao Coronavírus. Segundo levantamento,

em comparação ao meses do último semestre do ano passado, o mês de janeiro apresentou um recrudescimento da pandemia, com aumento no número de infecções e de casos ativos, além das altas taxas de ocupação de leitos de UTI e de enfermarias.

Os óbitos também aumentaram, com 38 fatalidades no primeiro mês do ano, num funesto recorde. Para se ter uma ideia, no mês de dezembro foram registradas 16 mortes ocasionadas pela Covid-19. Ou seja, em janeiro, as fatalidades provocadas pela pandemia do novo coronavírus mais que dobraram em relação ao mês anterior.

Contudo, a partir do dia 21, os índices da pandemia começaram a diminuir no município.

Desde o dia 21, o número de casos ativos passou a apresentar uma curva decrescente, reduzindo de 150 pessoas em isolamento e/ou internadas no dia 20 para 90 casos ativos no último domingo.

O número de pacientes com sintomas também reduziu. Enquanto na primeira quinzena de janeiro houve 500 atendimentos em um único dia, no último dia 31 estes atendimentos somaram 111.

No Estado, dos 217.020 casos confirmados da Covid-19 em Mato Grosso, 7.884 estão em isolamento domiciliar e 202.996 estão recuperados. Há 292 internações em UTIs públicas e 288 em enfermarias públicas. O número total de óbitos chega a 5.129 em Mato Grosso.

VACINAÇÃO

Sindjor pede inclusão de jornalistas da linha de frente no grupo prioritário

Assessoria

Os jornalistas que cobrem a pandemia podem se tornar vetores da disseminação do novo coronavírus. Por este motivo, o Sindicato dos Jornalistas de Mato Grosso (Sindjor-MT), através do presidente da Junta Administrativa da entidade, Itamar Perenha, protocolou ofício em que solicita ao governador do Estado de Mato Grosso, Mauro Mendes, a

inclusão dos jornalistas entre os grupos prioritários de vacinação contra covid-19 e outros vírus.

Além do risco de se tornar vetores da disseminação do vírus, Perenha argumenta que os profissionais que atuam na linha de frente da cobertura da pandemia estão expostos à contaminação. “Os trabalhadores da informação podem ser vetores da doença, pois transitam em ambientes possivelmente contaminados, como uni-

dades de saúde e funerárias, em diferentes turnos de trabalho, quando são convidados inclusive a cobrir coletivas de imprensa em locais insalubres ou com potencial risco de contaminação”.

O ofício cita ainda que o Brasil é o segundo país com maior número de óbitos entre jornalistas no mundo, segundo a Press Emblem Campaign (PEC), com o registro de 602 vítimas, sendo metade delas jornalistas que viviam na América Latina.